



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

3.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Comissão Permanente da Assembleia Popular

Resolução n.º 3/89:

Ratifica o Acordo de Cooperação Judiciária em matéria de Direito Civil, de Família e Penal, celebrado entre a República Popular de Moçambique e a República de Cuba

COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA POPULAR

Resolução n.º 3/89
de 23 de Março

No âmbito do desenvolvimento e consolidação das relações de amizade, cooperação e solidariedade militante entre a República Popular de Moçambique e a República de Cuba, foi recentemente celebrado pelos dois países um Acordo de Cooperação Judiciária em matéria de Direito Civil, de Família e Penal.

Nestes termos, usando da competência que lhe é atribuída pela alínea e) do artigo 44, por força do disposto no artigo 51, ambos da Constituição da República, a Comissão Permanente da Assembleia Popular determina:

Único. É ratificado o Acordo de Cooperação Judiciária em matéria de Direito Civil, de Família e Penal, celebrado entre a República Popular de Moçambique e a República de Cuba, cujo texto em anexo faz parte integrante da presente Resolução.

Aprovada pela Comissão Permanente da Assembleia Popular.

O Presidente da Assembleia Popular, *Marcelino dos Santos*.

Publique-se.

O Presidente da República, JOAQUIM ALBERTO CHISSANO.

Acordo de cooperação judiciária em matéria de Direito Civil, de Família e Penal entre a República Popular de Moçambique e a República de Cuba.

A República Popular de Moçambique e a República de Cuba, empenhadas em estreitar na cooperação amistosa entre os dois Estados e desejosas de regular as suas relações, no domínio da assistência judiciária em matéria de Direito Civil, de Família e Penal convieram em firmar o presente acordo.

Para o efeito, designaram como seus plenipotenciários:

Pela República Popular de Moçambique:

Ussumane Aly Dauto — Ministro da Justiça.

Pela República de Cuba:

Juan Escalona Reguera — Ministro da Justiça.

Que acordaram o seguinte:

CAPITULO I

Protecção jurídica

ARTIGO 1

Livre acesso aos tribunais

1. Os cidadãos de cada um dos Estados signatários têm, no território do outro, livre acesso aos tribunais, em matéria de Direito Civil, de Família e Penal nas mesmas condições que os nacionais desses Estados.

2. A nacionalidade dos cidadãos de um Estado é determinada pela legislação em vigor nesse Estado.

3. O disposto no n.º 1 aplica-se ainda às pessoas jurídicas constituídas segundo as disposições legais de um dos Estados signatários desde que tenham a sua sede no território do mesmo.

ARTIGO 2

Garantias de pagamento de custas

1. Nenhuma garantia de pagamento de custas poderá ser dada aos cidadãos de um dos Estados signatários que compareçam perante tribunais do outro Estado signatário na qualidade de autores, desde que tenham o seu domicílio ou residência temporária no território de um dos Estados signatários.

2. O disposto no n.º 1 aplica-se também às pessoas jurídicas constituídas segundo as disposições legais de um dos Estados signatários desde que tenham a sua sede no território do mesmo.

ARTIGO 3

Isenção de custas processuais

1. Os tribunais de cada um dos Estados signatários concederão aos cidadãos de outro Estado isenção das custas processuais nos mesmos termos em que concedem aos respectivos cidadãos nacionais.

2. A isenção de custas processuais decretada pelo tribunal de um Estado signatário será válida também para todos os actos processuais realizados nesse mesmo processo por um tribunal do outro Estado signatário.

CAPITULO II

Cooperação judiciária em matéria de Direito Civil, de Família e Penal

ARTIGO 4

Concessão da cooperação judiciária

1. Os Estados signatários obrigam-se a conceder reciprocamente a cooperação judiciária em matérias de Direito Civil, de Família e Penal, nos termos do presente Acordo, por solicitação dos respectivos tribunais.

2. Os tribunais mencionados no n.º 1 cooperarão também com outros órgãos dos Estados signatários competentes para assuntos de Direito Civil, de Família e Penal.

ARTIGO 5

Objecto da cooperação judiciária

A cooperação judiciária compreenderá a execução de actos processuais relativos à averiguação e esclarecimento de factos e respectivas circunstâncias, bem como à notificação de documentos.

ARTIGO 6

Forma de comunicação

Os tribunais dos Estados signatários manterão relações entre si através dos Ministérios da Justiça dos respectivos Estados, exceptuando-se os casos em que de outro modo se estabeleçam essas relações nos termos do presente Acordo.

ARTIGO 7

Língua e tradução

As cartas rogatórias, os pedidos de citação, de notificação e outros documentos, assim como os anexos serão redigidos na língua do Estado signatário solicitante e acompanhados de tradução autenticada na língua do Estado signatário solicitado.

ARTIGO 8

Conteúdo e forma das cartas rogatórias

1. As cartas rogatorias deverão conter os seguintes requisitos:

- Designação do tribunal que formula o pedido e do tribunal ao qual esta é dirigida;
- O assunto a que se refere;
- O nome das pessoas interessadas, nacionalidade, profissão, domicílio ou residência temporária, assim como a sua qualidade no processo;
- Nomes e endereços dos respectivos representantes legais;
- O facto que deverá ser objecto de prova ou o acto que deverá ser realizado e a exposição dos fac-

tos, sempre que tal seja necessário para a sua compreensão;

No caso de pedidos de notificação deverá indicar-se expressamente o endereço e a nacionalidade do destinatário assim como os documentos a notificar.

2. A carta rogatória e os documentos anexos serão assinados e autenticados com o selo do tribunal, dispensando-se a legislação consular.

3. A notificação dos pedidos será acompanhada de um ofício do organismo competente nos termos do artigo 6

ARTIGO 9

Execução de cartas rogatórias

1. A execução das cartas rogatórias será feita segundo as leis do Estado signatário em cujo território se encontre o tribunal solicitado.

2. A pedido do tribunal solicitante poderão ser aplicadas formas processuais diferentes das estabelecidas na legislação aplicável pelo tribunal solicitado desde que não estejam em contradição com os princípios fundamentais da ordem estatal e jurídica do Estado signatário solicitado.

3. O tribunal solicitado comunicará ao tribunal solicitante, a pedido deste e com a possível brevidade, a data e o lugar da execução da carta rogatória. Essa comunicação poderá ser feita directamente através da via postal ou telegráfica.

ARTIGO 10

Diligências de execução ou impossibilidade de execução de cartas rogatórias

1. Se o tribunal solicitado não for competente para a execução da carta rogatória, remeterá a mesma para o tribunal competente ou para o organismo competente nos termos do n.º 2 do artigo 4.

2. Sempre que a pessoa indicada na carta rogatória não for localizável no endereço referido, o tribunal solicitado tomará as medidas necessárias para a sua localização.

3. Se ao tribunal solicitado não for possível dar execução à carta rogatória, informará o tribunal solicitante pela via estabelecida no artigo 6, comunicando os motivos que houverem impedido a execução da carta

ARTIGO 11

Certificado da execução de cartas rogatórias

1. A citação e a notificação serão comprovadas mediante certidão da qual constará a data da citação ou notificação, a assinatura do citando ou notificando e do funcionário que efectuar a diligência e o selo do tribunal

2. O tribunal solicitado poderá comprovar a realização da citação ou notificação de forma diferente da acima descrita desde que se alcance a forma e data da citação ou notificação.

ARTIGO 12

Citação ou notificação de cidadãos nacionais

Os Estados signatários poderão efectuar citações ou notificações aos seus próprios cidadãos que se encontrarem no território do outro Estado signatário, através da sua representação diplomática ou consular.

ARTIGO 13

Salvo-conduto para testemunhas e peritos

1. A testemunha ou perito, qualquer que seja a sua nacionalidade que comparecer, em consequência de notificação feita pelo tribunal do Estado signatário solicitado, perante os tribunais do Estado signatário solicitante, não

poderá ser perseguido criminalmente nem ser preso por facto ou factos puníveis cometidos antes de passar a fronteira do Estado signatário solicitante, bem como, não poderá cumprir qualquer pena imposta por sentença anterior.

2. A testemunha ou perito perderá o direito à protecção prevista no n.º 1, quando se mantiver no território do Estado signatário solicitante para além de quinze dias, a contar da data em que lhe tiver sido comunicado que a sua presença não é mais necessária e desde que tal lhe tivesse sido possível.

3. O Estado solicitante obriga-se a reembolsar das despesas de viagem e estadia, as testemunhas e peritos bem como a pagar-lhes o correspondente ao seu salário e a atribuir aos peritos os respectivos honorários pelos seus pareceres. Na citação será mencionada a espécie de pagamento a que a testemunha ou o perito terá direito. A pedido da testemunha ou do perito ser-lhe-á concedido um adiantamento pelo Estado signatário solicitado sobre as respectivas despesas. O adiantamento será mencionado na citação e reembolsado pelo Estado signatário solicitante.

4. Se alguém estiver preso no território do Estado signatário solicitado e for notificado por um tribunal do outro Estado signatário para comparecer perante o tribunal na qualidade de testemunha ou perito, e se com esta finalidade dever ser transferido temporariamente, gozará da protecção assegurada nos n.ºs 1 e 2. O Estado signatário solicitante compromete-se a manter o respectivo estado de prisão e a proceder à sua recondução no mais curto espaço de tempo possível após a sua audição.

ARTIGO 14

Despesas de cooperação judiciária

1. As despesas efectuadas para a execução dos pedidos correrão por conta do estado signatário solicitante, exceptuando-se as seguintes:

- a) As despesas mencionadas no n.º 3 do artigo 13;
- b) Os honorários resultantes de pareceres escritos de peritos.

2. O tribunal solicitado comunicará, a pedido do tribunal solicitante, a espécie e o montante dos gastos efectuados.

ARTIGO 15

Recusa de cooperação judiciária

A concessão de cooperação judiciária poderá ser recusada se a execução de um pedido puder violar a soberania, a segurança ou os princípios fundamentais da ordem estatal e jurídica do Estado signatário solicitado.

CAPÍTULO III

Informação sobre o direito vigente

ARTIGO 16

Os Ministérios da Justiça dos Estados signatários informar-se-ão mutuamente, a pedido da outra parte, sobre disposições legais nos domínios do Direito Civil, de Família e Penal sempre que isso seja necessário para o andamento ou instrução de processos judiciais.

CAPÍTULO IV

Documentos

ARTIGO 17

Dispensa de legalização

1. Os documentos legalmente provenientes de tribunais, outros organismos ou pessoas competentes desde que obedeçam ao formalismo legal de um dos Estados signatários

e desde que estejam devidamente autenticados por assinatura e selo branco são juridicamente válidos perante os tribunais ou outros organismos do outro Estado signatário sem necessitarem de legalização consular.

2. O disposto no n.º 1 é igualmente aplicável à autenticação de assinaturas e cópias de documentos.

ARTIGO 18

Troca de documentos relativos ao estado civil

1. Os Estados signatários remeter-se-ão mutuamente os documentos relativos ao Estado civil de cidadãos do outro Estado signatário, desde que os respectivos actos constitutivos tenham sido registados após a entrada em vigor deste Acordo.

A remessa será gratuita e isenta de taxas.

2. A remessa referida no n.º 1 será feita trimestralmente à representação diplomática ou consular do outro Estado signatário, exceptuando-se as certidões de óbito que serão remetidas imediatamente.

ARTIGO 19

Solicitação de documentos relativos ao estado civil

1. Os Estados signatários remeterão, um ao outro, a pedido dos organismos competentes, sem taxas e gratuitamente, documentos sobre o estado civil e cópias autenticadas de decisões judiciais que digam respeito ao estado civil de cidadãos do outro Estado signatário, para uso oficial. No pedido deverá ser indicada a finalidade a que se destina o documento.

2. A remessa a que se refere o número anterior far-se-á por via diplomática. Tratando-se da remessa de decisões judiciais, a correspondência efectuar-se-á entre os Ministérios da Justiça dos Estados signatários.

ARTIGO 20

Remessa de documentos sobre o estado civil a requerimento de cidadãos

Os pedidos de remessa de documentos sobre o estado civil poderão ser efectuados pelos cidadãos de um dos Estados signatários, directamente ao organismo competente do outro Estado signatário. Os documentos serão remetidos, sem taxas e gratuitamente, à representação diplomática ou consular do Estado do requerente.

ARTIGO 21

Recusa de remessa de documentos sobre o estado civil

A remessa de documentos relativos ao estado civil poderá ser recusada pelos motivos mencionados no artigo 15.

CAPÍTULO V

Pensão alimentar a menores

ARTIGO 22

Prestação de apoio

Os Estados signatários, a requerimento dos organismos competentes respectivos, cooperarão nos termos do disposto no presente Acordo, nas acções que têm por objecto a concessão de pensões alimentares a menores.

ARTIGO 23

Objecto de apoio

O apoio no exercício do pedido de pensão alimentar a menores abrange alguma ou algumas das seguintes medidas:

- a) Verificação do domicílio ou residência temporária de pessoa que se encontre no território do

Estado signatário solicitado e à qual é solicitada a prestação da pensão alimentar;

- b) Exortar a pessoa obrigada a prestar alimentos, para que cumpra voluntariamente as suas obrigações de pagamento de pensão alimentar;
- c) Instauração do processo judicial destinado a verificação da paternidade em resultado de pedido de prestação da pensão alimentar;
- d) Proceder à revisão da sentença que condena em pensão alimentar e, desde que reviste a sentença, proceder à sua execução.

ARTIGO 24

Forma de comunicação

1. Os pedidos de colaboração relativos a pedidos de pensão alimentar serão remetidos, pela autoridade do Estado signatário solicitante, directamente à autoridade competente que recebe do Estado signatário solicitado.

2. A autoridade que recebe e envia é:

Na República Popular de Moçambique;
Procurador-Geral da República.
Na República de Cuba:
Ministério da Justiça.

ARTIGO 25

Pedido de pensão alimentar

1. A pessoa que se julgar com direito a alimentos podera apresentar um requerimento para fazer valer o pedido de pensão alimentar à autoridade que o envia ao Estado signatário em cujo território tem o seu domicílio ou residência temporária.

2. O n.º 1 não exclui que a pessoa com direito a alimentos possa fazer valer o seu pedido por via directa, de acordo com as disposições legais dos Estados signatários.

ARTIGO 26

Requisitos de pedidos de alimentos

1. O requerimento no qual se solicita a pensão alimentar deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Designação da pessoa considerada com direito a alimentos, seu nome e apelidos, data de nascimento, nacionalidade, domicílio ou residência temporária assim como o nome, apelidos e endereços do seu representante legal;
- b) Designação da pessoa obrigada a prestar alimentos, seu nome, apelidos, bem como o endereço da pessoa obrigada a prestar alimentos, data do seu nascimento, nacionalidade, profissão ou ocupação caso sejam do seu conhecimento;
- c) Exposição detalhada dos motivos que fundamentam o pedido, relativos ao tipo e montante da pensão alimentar exigida, bem como outros dados de interesse

2. O requerimento deverá ser acompanhado dos documentos necessários incluindo, quando necessário, o instrumento que confere os respectivos poderes de representação.

ARTIGO 27

Actividade da autoridade que recebe

1. Recebido o pedido, a autoridade competente providenciará pelo cumprimento da obrigação alimentar e informará a autoridade competente do Estado que o enviou das diligências efectuadas para esse fim.

2. No caso de impossibilidade de cumprimento, o requerimento será devolvido com indicação dos motivos que a determinaram.

CAPÍTULO VI

Reconhecimento e execução de decisões

ARTIGO 28

Decisões que deverão ser reconhecidas e executadas

1. Os Estados signatários reconhecerão e executarão, pela forma estabelecida no presente Acordo, no respectivo território, as decisões judiciais sobre pedidos de pensão alimentar que tenham sido proferidas e transitadas em julgado no território do outro Estado signatário.

2. Consideram-se decisões para efeito do estabelecido no n.º 1, os acordos sobre pagamento de pensão alimentar homologados judicialmente, bem como os documentos donde conste uma obrigação de pagamento de pensão alimentar, desde que tenham sido lavrados pelo organismo competente dos Estados signatários, bem como decisões referentes a custas processuais, salvaguardando-se o disposto no artigo 3

ARTIGO 29

Requisitos para o reconhecimento e execução das decisões

As decisões referidas no artigo 28 são exequíveis desde que obedçam aos seguintes requisitos

- a) Resultarem de sentença transitada em julgado segundo a lei do Estado em que foram proferidas;
- b) Terem sido proferidas por tribunal competente nos termos do artigo 30;
- c) Ter a parte vencida na causa, sido devidamente citada ou notificada, segundo a lei do Estado em que as decisões foram proferidas e ter sido possível a sua representação;
- d) Não se verificar a excepção de litispendência ou de caso julgado sendo para o efeito relevante a pendência da causa ou a sua decisão em tribunal do Estado signatário onde se pretende fazer valer a decisão;
- e) Não serem contrárias aos princípios fundamentais da ordem estatal e jurídica do Estado que deverá reconhecer as decisões.

ARTIGO 30

Competência

Serão considerados competentes em acções de prestação de pensão alimentar tanto os tribunais do Estado signatário em cujo território a pessoa obrigada a prestar alimentos tenha tido o seu domicílio ou residência temporária no momento em que foi iniciado o processo, como os tribunais do Estado signatário em cujo território a pessoa com direito a alimentos tenha tido o seu domicílio ou residência temporária no momento em que foi iniciado o processo.

ARTIGO 31

Pedido de execução

1. O pedido de execução de uma decisão poderá ser apresentado ao tribunal de do Estado em que tiver sido proferida a decisão. A remessa do pedido ao tribunal competente do Estado a quem compete a execução será feita pela via estabelecida no artigo 6. O pedido poderá ser apresentado também directamente ao tribunal competente do Estado em que deverá ser executada a decisão

2. O pedido deverá vir acompanhado de:

- a) Certidão da sentença com a menção de ter transitado em julgado;

- b) Certidão comprovativa de que a parte litigante vencida foi devidamente citada e podia ser representada, nos termos da lei do Estado em que foi efectuado o julgamento;
- c) Tradução autenticada dos documentos referidos nas alíneas 1 e 2 na língua do Estado a que compete execução.

ARTIGO 32

Processo de execução

1. O tribunal do Estado que decidir sobre o pedido de execução limitar-se-á a verificar se forma cumpridas as condições fixadas nos artigos 29 a 31. No caso afirmativo o tribunal promoverá a execução.

2. O processo de execução organizar-se-á de acordo com a lei do Estado onde correr a execução.

ARTIGO 33

Execução de decisões relativas a custas de processos

1. Se uma parte litigante isenta da garantia de pagamento de custas nos termos do artigo 2 for obrigada a restituir as custas de processo por decisão judicial transitada em julgado, proferida por um dos Estados signatários, esta decisão será executada, a pedido do beneficiário, no território do outro Estado signatário, com isenção de quaisquer despesas.

2. Os autos em que ocorra decisão sobre custas também serão considerados como decisões no sentido do n.º 1.

3. Ao pedido de execução e aos documentos anexos, é aplicável o artigo 31.

4. O tribunal que decidir sobre a execução da decisão, nos termos do n.º 1, limitar-se-á a verificar se a decisão relativa a custas transitou em julgado e se é exequível.

CAPITULO VII

Cooperação judiciária em matéria penal

ARTIGO 34

Concessão da cooperação judiciária

1. Os Estados signatários obrigam-se a conceder reciprocamente cooperação judiciária em matéria de direito penal, segundo as disposições do presente Acordo, desde que tal cooperação seja solicitada pelos tribunais ou pelo Ministério Público.

2. A cooperação judiciária em matéria de direito penal, é aplicável o disposto nos artigos 7 a 14 do presente Acordo.

ARTIGO 35

Objecto de assistência judiciária

1. A cooperação judiciária abrangerá a execução de actos relativos à investigação criminal e actos processuais incluindo ainda a obtenção e remessa de provas, especialmente mediante audição de delinquentes, testemunhas e peritos assim como a remessa dos autos.

2. A cooperação judiciária abrangerá a identificação, busca e captura de pessoas bem como a busca e apreensão de bens.

ARTIGO 36

Formas de comunicação

No âmbito da cooperação judiciária, os contactos entre os tribunais e entre o Ministério Público serão efectuados através dos Ministérios da Justiça ou Procuradores-Gerais dos Estados signatários.

ARTIGO 37

Comunicação de extractos do registo criminal

A pedido de um dos Estados signatários, o outro Estado signatário comunicará, pela via fixada no artigo 36, extractos de registo criminal relacionados com processos penais pendentes.

ARTIGO 38

Informação sobre sentenças condenatórias

Os Estados signatários comprometem-se a informar mutuamente e pela via estabelecida no artigo 36 as sentenças de condenação transitadas em julgado, proferidas pelos seus tribunais contra cidadãos de outro Estado signatário em cada semestre, enviando cópia da parte dispositiva das sentenças.

ARTIGO 39

Recusa de cooperação judiciária

1. A cooperação judiciária em matéria de direito penal poderá ser recusada:

- a) Quando a execução do pedido for susceptível de violar a soberania, a segurança ou os princípios fundamentais da ordem estatal e jurídica do Estado signatário solicitado;
- b) Quando o acto em que o pedido se fundamentar não for punível à face das leis do Estado signatário solicitado.

2. O estabelecido na alínea b) do n.º 1 não se aplicará aos factos puníveis por convenções internacionais de que sejam partes os Estados signatários.

3. A cooperação judiciária poderá ser ainda recusada, se o réu for cidadão do Estado signatário solicitado.

ARTIGO 40

Pedido de procedimento criminal

1. Os Estados signatários comprometem-se a instaurar, a pedido do outro Estado signatário, procedimento criminal de acordo com a sua legislação interna, contra os seus próprios cidadãos se estes tiverem cometido um delito no território do Estado signatário solicitante.

2. Aplicar-se-á igualmente o n.º 1 quando o acto punível constituir apenas mera contravenção, segundo a legislação do Estado signatário solicitado.

ARTIGO 41

Requisitos do pedido de procedimento criminal

1. O pedido da instauração de procedimento criminal deverá vir acompanhado de:

- a) Elementos de identificação da pessoa e sua nacionalidade;
- b) Exposição dos factos;
- c) Todas as provas disponíveis sobre o delito;
- d) Uma cópia das disposições legais aplicáveis ao delito, segundo a legislação em vigor no lugar do delito;
- e) Em casos de infracção ao regulamento de trânsito, além do exigido nos números anteriores, uma cópia das regras do trânsito vigentes no lugar da infracção.

2. Os pedidos de instauração de procedimento criminal e os documentos anexos deverão ser redigidos na língua do Estado signatário solicitante.

3. O Estado signatário solicitado compromete-se a informar o Estado signatário solicitante sobre o resultado do processo.

4. À remessa dos pedidos é aplicável o artigo 36.

CAPITULO VIII

Extradição

ARTIGO 42

Concessão de extradição

1. Os Estados signatários em conformidade com o presente Acordo conceder-se-ão a extradição recíproca de indivíduos que se encontrarem no seu território e contra os quais se projecta intentar uma acção penal ou a execução de uma pena, desde que tal extradição lhes seja solicitada pelos órgãos competentes do Estado solicitante.

2. A extradição para fins de procedimento criminal efectuar-se-á unicamente nos casos em que, segundo as leis de ambos os Estados signatários e nos termos do artigo 39 n.º 2, os factos indicados sejam puníveis com pena não inferior a um ano de privação de liberdade.

3. A extradição para fins de execução de pena, efectuar-se-á unicamente no caso em que os factos delituosos segundo as leis de ambos os Estados sejam puníveis e passíveis de pelo menos pena de um ano de privação de liberdade, tendo a sentença transitada em julgado segundo as normas legais do Estado signatário solicitante.

ARTIGO 43

Casos em que não terá lugar a extradição

A extradição poderá ser recusada nos seguintes casos:

- a) Se o extraditando for cidadão do Estado signatário solicitado;
- b) Se a pessoa cuja entrega se pretende, cometeu um delito no território do Estado signatário, solicitado;
- c) Se não houver, segundo a legislação do Estado signatário solicitado, lugar à instauração de procedimento criminal ou a sentença não for executável por prescrição ou outro fundamento jurídico;
- d) Se o extraditando já estiver condenado por sentença transitada em julgado pelo mesmo delito, ou se o processo penal tiver sido arquivado no Estado signatário solicitado;
- e) Se o delito, segundo a legislação de um ou de ambos os Estados signatários depender de instância de parte.

ARTIGO 44

Pedido de extradição

1. O pedido de extradição para fins de instauração de procedimento criminal deverá ser acompanhado pelos seguintes documentos:

- a) Identificação do extraditando incluindo a sua nacionalidade;
- b) A ordem de detenção com a descrição do delito;
- c) A descrição de elementos de prova que possam ter dado lugar à forte suspeita da prática do acto punível;
- d) O texto da lei aplicável ao facto, no qual se baseará o pedido de extradição;
- e) Quando o delito tenha causado prejuízos materiais, indicar-se-á o valor dos mesmos.

2. O pedido de extradição, com o fim de execução de sentença deverá ser acompanhado por um exemplar da sentença transitada em julgado assim como pelo texto da Lei penal na qual estará baseada a condenação. No caso em que o condenado já tenha cumprido parte da pena, dever-se-á também comunicar estes dados, nesta circunstância.

3. Juntar-se-ão ao pedido de extradição, uma descrição, uma fotografia, as impressões digitais da pessoa a extraditar, assim como um atestado comprovativo da cidadania e dados relativos ao seu paradeiro, se estes últimos não estiverem já incluídos na ordem de detenção ou na sentença.

4. O pedido de extradição e os restantes documentos deverão ser enviados já traduzidos na língua oficial do Estado signatário solicitado

ARTIGO 45

Autoridades encarregadas da extradição

A extradição será efectuada através de pedidos enviados por via diplomática e dirigidos aos Ministérios da Justiça e Procuradores-Gerais dos Estados signatários.

ARTIGO 46

Dados complementares a acrescentar aos pedidos de extradição

Se o pedido de extradição não contiver todos os dados necessários, o Estado signatário requerido, poderá solicitar dados complementares, fixando para este efeito um prazo não superior a dois meses. Este prazo poderá ser prorrogado com por solicitação devidamente fundamentada do outro Estado signatário.

ARTIGO 47

Detenção para extraditar

Ao receber o pedido de extradição, o Estado signatário solicitado toma imediatamente medidas para a detenção do indivíduo a extraditar, excepto se a extradição não se puder realizar nos termos do presente Acordo.

ARTIGO 48

Detenção provisória com o intuito de extraditar

1. Em caso de urgência, o Estado signatário requerido, desde que solicitado pelo Estado signatário requerente, poderá deter a pessoa antes de receber o pedido de extradição a que se refere o artigo 44. Tal solicitação deve transcrever a ordem de detenção ou a sentença transitada em julgado e a indicação de que o pedido de extradição será apresentado imediatamente. A petição poderá ser enviada pelo correio, telefone, telégrafo, rádio ou telex.

2. Os órgãos competentes dos Estados signatários, podem deter temporariamente antes de receberem a solicitação a que se refere o número antecedente uma pessoa residente nos seus territórios respectivos, se tiverem a informação de que dita pessoa cometeu no território do outro Estado signatário um delito que admite a extradição.

3. O outro Estado signatário deve ser imediatamente informado sobre a detenção efectuada ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

ARTIGO 49

Soltura do extraditando

1. O órgão competente do Estado signatário requerido poderá pôr em liberdade a pessoa detida, se o Estado

signatário requerente não lhe comunicar os dados necessários para cumprir o pedido de extradição, no prazo estipulado no artigo 46.

2. As pessoas detidas ao abrigo do artigo 48 do presente Acordo devem ser postas em liberdade, se, durante sessenta dias depois de enviada a comunicação de detenção, não for apresentado o pedido de extradição pelo Estado signatário interessado comunicando-se tal facto a este Estado.

ARTIGO 50

Adiamento da extradição

Se a pessoa cuja extradição se solicita, estiver sujeita a procedimento criminal ou se estiver a cumprir uma pena por outro delito no território do Estado signatário solicitado, a entrega poderá ser adiada, até ao final do procedimento penal ou até ao fim do cumprimento da pena.

ARTIGO 51

Extradição provisória

1. Se o adiamento da extradição puder originar a prescrição do procedimento criminal ou puder dificultar a instrução do processo contra o extraditando poderá ser aceite um pedido fundamentado de extradição provisória formulado pelo Estado signatário solicitante.

2. A pessoa temporariamente extraditada deve ser devolvida logo que terminarem os actos processuais da causa pela qual se fez a entrega.

ARTIGO 52

Colisão de pedidos de extradição

No caso de existirem vários pedidos de extradição para uma mesma pessoa, o Estado signatário solicitado decidirá a qual deles dará satisfação.

ARTIGO 53

Limites à acção penal

1. Sem o consentimento do Estado signatário requerido, o extraditado não será sujeito a procedimento criminal ou ao cumprimento de pena no Estado requerente ou ainda entregue a um terceiro Estado por actos puníveis que tiver cometido antes da extradição, desde que estes não tenham sido mencionados no pedido de extradição.

2. Não dependerá do consentimento do Estado signatário a acção penal nos seguintes casos:

- a) Se a pessoa extraditada, não sendo cidadão do Estado signatário solicitante, não tiver saído do território do Estado signatário requerente no prazo de um mês, contando a partir da data do cumprimento da pena, ou da sua soltura; neste prazo não se inclui o tempo em que a pessoa extraditada, por causas alheias à sua vontade, não pode abandonar o território do Estado signatário requerente;
- b) Se a pessoa extraditada, depois de ter abandonado o território do Estado signatário requerente, voltar voluntariamente a este território.

ARTIGO 54

Lugar e a data da extradição

1. O Estado signatário requerido, informará o Estado requerente sobre o lugar e a data da entrega, nos casos em que conceder a extradição.

2. Se o Estado requerente não recolher o extraditado no prazo de trinta dias a partir da data fixada, este será restituído à liberdade. O prazo acima referido pode ser prorrogado até ao máximo de trinta dias adicionais por acordo entre ambos os Estados.

ARTIGO 55

Informação sobre os resultados do procedimento penal instaurado contra o extraditado

O Estado signatário que solicitar a extradição informará o Estado signatário solicitado da decisão final do processo instaurado contra o extraditado, devendo, no caso de existir sentença transitada em julgado enviar cópia da mesma

ARTIGO 56

Entrega dos objectos relativos ao delito que originou a extradição

1. O Estado signatário requerido remeterá ao Estado signatário requerente, no caso de conceder a extradição:

- a) Os objectos que forem encontrados em poder do arguido ou réu e forem provenientes do acto delituoso, ou aqueles que tenha obtido por contra-prestação dos anteriores;
- b) Os objectos que possam ter importância como provas no processo penal. Estes objectos entregar-se-ão também nos casos em que a extradição do arguido ou réu não puder realizar-se por motivo de falecimento, de evasão ou outro fundamento.

2. Se os ditos objectos cuja entrega for solicitada forem necessários ao Estado signatário requerido para efeitos de prova noutro processo penal, a sua entrega pode ser adiada, até ao termo desse processo.

3. Reservam-se os direitos de terceiros sobre os objectos entregues ao Estado signatário requerente. Concluído o processo, o Estado signatário requerente entregará os objectos às pessoas titulares de direitos, que se encontrarem no território do Estado signatário requerido, o Estado signatário requerente devolver-lhe-á os mencionados objectos.

Se estes se encontrarem num terceiro território, os trâmites da entrega, estarão a cargo do Estado signatário requerente.

ARTIGO 57

Despesas de extradição

Todas as despesas provocadas pela extradição, estarão a cargo do Estado signatário que a tiver solicitado.

ARTIGO 58

Extradição condicional

Se, com o objectivo de cumprir pena, for solicitada a extradição de uma pessoa julgada à revelia por tribunal do Estado signatário solicitante a extradição será condicionada à realização de novo julgamento na presença do extraditando.

ARTIGO 59

Reextradição

Se o extraditado se subtrair à acção da justiça na fase do procedimento criminal ou cumprimento da pena, regressando ao território do Estado signatário solicitado, a pedido do Estado solicitante poderá ser preso sem necessidade de nova remessa dos documentos referidos no artigo 44 do presente Acordo.

CAPÍTULO IX

Outras acções penais

ARTIGO 60

Execução da pena no país de origem

1. O Estado signatário cujos tribunais tenham condenado em privação da liberdade, um cidadão do outro Estado signatário, poderão entregá-lo a este Estado, por acordo mútuo, para que possa cumprir a pena, no mesmo.

2. A entrega do réu para efeitos de cumprimento de pena no seu país de origem, só poderá ter lugar, depois da sentença transitada em julgado, e antes da sua soltura.

3. A entrega do réu só poderá efectuar-se quando a sentença for susceptível de ser cumprida no Estado, do qual ele é nacional, não se verificando tal entrega quando a sentença não puder ser cumprida no dito Estado, em consequência do facto pelo qual foi condenado, não ser punível nesse Estado, ou ainda por outro fundamento.

ARTIGO 61

Proposta de cumprimento da pena no país de origem

1. A entrega do réu condenado para efeitos de cumprimento de pena, será proposta pelo Estado cujo tribunal proferiu a sentença e só se efectuará no caso de o Estado signatário de que o réu condenado for cidadão, aceitar recebê-lo. O órgão competente deste último Estado informará o outro Estado sobre a sua decisão a este respeito, no mais curto prazo possível.

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 o Estado signatário do qual o réu condenado é nacional, poderá solicitar ao Estado signatário cujos tribunais pronunciarem a sentença o envio do R. condenado para cumprimento da pena, assim como o poderão solicitar o próprio réu condenado e as suas famílias a ambos os Estados.

ARTIGO 62

Requisitos a que deve obedecer a proposta

1. A proposta de envio do R. condenado a que se refere o artigo 61 será efectuada pelo órgão competente do Estado signatário em cujo tribunal a sentença foi proferida, sendo apresentada por escrito e acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada da sentença, e das eventualmente proferidas pelos tribunais superiores, bem como os documentos que comprovam a sua validade;
- b) Documentos comprovativos da nacionalidade do indivíduo a ser transferido;
- c) Documento comprovativo da parte da pena cumprida e da parte que resta por cumprir;
- d) Texto dos artigos da lei penal aplicados na sentença;
- e) Outros documentos considerados necessários pelo órgão competente do Estado cujos tribunais pronunciaram a sentença;
- f) Tradução oficial na língua do Estado signatário ao qual se pretende enviar o R. condenado dos documentos referidos nas alíneas anteriores.

2. O lugar, o momento e a forma de entrega do condenado, serão determinados por acordo mútuo, pelos órgãos competentes de ambos os Estados.

ARTIGO 63

Normas de cumprimento da pena

1. A pena imposta será cumprida nos termos estabelecidos pela sentença condenatória desde que nos termos da Lei do Estado signatário do qual é cidadão o réu condenado, a pena aplicável, pelo facto cometido, seja a mesma. Havendo divergências nas penas abstractamente aplicáveis ao delito pelo qual o réu foi condenado, poderá o tribunal do Estado signatário do qual o réu é nacional determinar de acordo com a pena aplicada na sentença e a sua lei penal aplicável, o tempo de cumprimento de pena correspondente ou mais ajustável à pena imposta na sentença condenatória, desde que não seja esta pena mais severa ou exima o réu de responsabilidade criminal.

2. Verificando-se que, segundo a lei do Estado signatário do qual o réu condenado é nacional, o limite máximo de privação da liberdade abstractamente aplicável em resultado do delito cometido é menor do que a que foi imposto na sentença, o tribunal pode determinar como tempo do cumprimento da pena o referido limite máximo.

3. Sempre que nos termos da lei do Estado signatário do qual o réu condenado é nacional, não se estabelecer para o delito cometido qualquer pena de privação de liberdade, o tribunal de acordo com a lei do seu Estado, determinará, como pena a cumprir, a que melhor se adoptar ao que foi imposto na sentença, tendo-se em devida consideração a pena já efectivamente cumprida pelo condenado no Estado signatário cujo tribunal proferiu a sentença e procedendo-se da mesma forma ao determinar uma pena diferente da de privação da liberdade.

4. O tribunal do estado signatário do qual o réu condenado é nacional, determina igualmente o cumprimento das penas acessórias aplicadas na sentença no caso de não terem sido cumpridas e quando pelo delito cometido, tais penas acessórias estivessem previstas na lei desse Estado.

As penas acessórias são fixadas em conformidade com as normas do presente artigo.

ARTIGO 64

Igualdade e reciprocidade no regime de execução de pena

1. O réu condenado que foi entregue para efeitos de cumprimento da pena ao Estado do qual é cidadão sujeita-se ao mesmo regime jurídico dos réus condenados por delitos análogos neste Estado, sendo-lhe aplicável em igualdade com estes a liberdade condicional, indulto ou amnistia.

2. O Estado signatário ao qual se entrega o réu condenado para o cumprimento da pena, informa ao Estado em que foi ditada a sentença, sobre a decisão adoptada pelos seus tribunais, de acordo com o artigo 62 do presente convénio.

ARTIGO 65

Revisão de sentenças condenatórias

1. A revisão da sentença condenatória constitui uma faculdade inerente ao tribunal do Estado signatário que a proferiu.

2. De qualquer alteração da sentença ou a sua anulação no Estado signatário em que foi proferida, bem como o arquivamento do processo do réu condenado entregue ao Estado de que é nacional, será enviada cópia e os documentos com ela relacionados ao órgão competente do Estado ao qual foi entregue o condenado. O tribunal deste Estado deverá em conformidade determinar a execução dessa decisão, aplicando no que for pertinente, as disposições do artigo 63 do presente Acordo.

3. No caso de anulação da sentença condenatória de réu já entregue ao Estado de que é nacional, deverá ser remetida ao órgão competente do Estado signatário ao qual foi entregue o condenado, uma cópia contendo a decisão e os outros documentos relacionados com a mesma, com o objectivo de resolver a questão relativa ao novo julgado se a ele houver nos termos da lei deste Estado.

ARTIGO 66

Despesas de transferência

As despesas relacionadas com a entrega do réu condenado, antes de esta ter lugar cabem pelo Estado signatário no qual foram originadas. As restantes despesas relativas à entrega do réu condenado competem ao Estado signatário do qual o réu é nacional.

CAPÍTULO X

Disposições finais

ARTIGO 67

Entrada em vigor, validade e denúncia

1. O presente Acordo está sujeito a ratificação e entrará em vigor logo que tenham decorridos trinta dias a partir da data em que se efectuar a troca dos instrumentos de ratificação.

2. O presente Acordo terá uma duração de dois anos.

3. A vigência do presente Acordo, prorrogar-se-á sempre por dois anos, excepto se um dos Estados signatários, o denunciar por escrito, pelo menos dois meses antes da data da sua expiração.

Feito na Cidade de Maputo, aos 26 de Abril de 1988, em dois originais, um em língua portuguesa e outro em língua espanhola fazendo ambos os textos igualmente fé.

Em prova disso, os plenipotenciários dos Estados signatários assinaram e selaram o presente Acordo.

Pela República Popular de Moçambique, *Ussumane Aly Dauto* — Ministro da Justiça.

Pela República de Cuba, *Juan Escalona Reguera* — Ministro da Justiça.

Acuerdo sobre la Cooperación Jurídica en materia de Derecho Civil, de Familia y Penal entre la República Popular de Mozambique y la República de Cuba

La República Popular de Mozambique y la República de Cuba, empeñadas en estrechar la cooperación amistosa entre ambos estados y deseosas de regular sus relaciones, en la esfera de la asistencia judicial en materia de Derecho Civil, de Familia y Penal, han convenido en firmar el presente Acuerdo.

A tal efecto, designaron sus respectivos plenipotenciarios:

La República Popular de Mozambique a, S.E. *Ussumane Aly Dauto*, Ministro de Justicia.

La República de Cuba, a *Juan Escalona Reguera*, Ministro de Justicia.

Quienes acordaron lo siguiente:

CAPITULO I

Protección jurídica

ARTICULO 1

Libre acceso a los tribunales

1. Los ciudadanos de cada uno de los estados signatarios, tendrán libre acceso a los tribunales en territorio del otro

en materia de Derecho Civil, de Familia y Penal, en las mismas condiciones que los nacionales de esos estados.

2. La nacionalidad de los ciudadanos de un estado se determina por la legislación vigente en ese estado.

3. Lo dispuesto en el apartado 1 se aplica además, a las personas jurídicas constituidas según las disposiciones legales de uno de los estados signatarios, siempre que tengan su sede en territorio del mismo.

ARTICULO 2

Garantías de pago de costas

1. A los ciudadanos de uno de los estados signatarios que comparezcan en calidad de autores ante los tribunales de otro estado signatario, no se les dará pago de costas, siempre que tengan su domicilio o residencia temporal en territorio de uno de los estados signatarios.

2. Lo dispuesto en el apartado 1 se aplica además, a las personas jurídicas constituidas según disposiciones legales de uno de los estados signatarios, siempre que tengan su sede en territorio del mismo.

ARTICULO 3

Exención de costas procesales

1. Los tribunales de cada uno de los estados signatarios concederán exención de costas procesales a los ciudadanos del otro estado signatario, en los mismos términos en que la conceden a los respectivos ciudadanos nacionales.

2. La exención de costas procesales decretada por el tribunal de uno de los estados signatarios, será válida también para todos los actos procesales realizados en ese mismo proceso por un tribunal del otro estado signatario.

CAPITULO II

Cooperación judicial en materia de Derecho Civil, de Familia y Penal

ARTICULO 4

Prestación de cooperación judicial

1. Los estados signatarios se obligan a prestarse cooperación judicial recíprocamente, en materia de Derecho Civil, de Familia y Penal, en los términos del presente Acuerdo y a solicitud de los respectivos tribunales.

2. Los tribunales mencionados en el apartado 1 también cooperarán con otros órganos de los estados signatarios, competentes en asuntos civiles, de familia y penales.

ARTICULO 5

Objeto de la cooperación judicial

La cooperación judicial comprenderá la ejecución de actos procesales relativos a la averiguación y esclarecimiento de hechos y sus respectivas circunstancias, así como la notificación de documentos.

ARTICULO 6

Forma de Comunicación

Los tribunales de los estados signatarios mantendrán relaciones entre sí a través de los Ministerios de Justicia de los respectivos estados, exceptuando los casos en que esas relaciones se establezcan de otro modo, en los términos del presente Acuerdo.

ARTICULO 7

Idioma y traducción

Las cartas rogatorias, las solicitudes de citación, de notificación y otros documentos, así como los anexos, se

redactaràn en el idioma del estado signatario requirente y acompa'nados de traducciòn autenticada en el idioma del estado signatario requerido.

ARTICULO 8

Contenido y forma de las cartas rogatorias

1. Las cartas rogatorias deberàn contener los siguientes requisitos:

- a) Denominaciòn del tribunal que formula la solicitud y del tribunal al cual se dirige èsta;
- b) El asunto a que se refiere;
- c) El nombre de las personas interesadas, nacionalidad, profesiòn, domicilio o residencia temporal y su calidad en el proceso;
- d) Nombre y direcciòn de los respectivos representantes legales;
- e) El hecho que deba ser objeto de prueba o acto que deba realizarse y la exposiciòn de los hechos, siempre que ello fuere necesario para su comprensiòn;

En los casos de solicitudes de notificaciòn, deberà indicarse expresamente la direcciòn y la nacionalidad del destinatario, así como los documentos a notificar.

2. La carta rogatoria y los documentos anexos seràn firmados y autenticados con el sello del tribunal, dispensàndose la legislaciòn consular.

3. La notificaciòn de las solicitudes se acompa'narà de un oficio del organismo competente, de conformidad con lo establecido en artículo 6.

ARTICULO 9

Ejecuciòn de las cartas rogatorias

1. La ejecuciòn de las cartas rogatorias se atenderà a las leyes del estado signatario en cuyo territorio se encuentre el tribunal requerido.

2. A instancia del tribunal requirente, podràn aplicarse formas procesales diferentes a las establecidas en la legislaciòn aplicable por el tribunal requerido, en tanto no estèn en contradicciòn con los principios fundamentales del orden estatal y juridico del estado signatario requerido.

3. A instancia del tribunal requirente y con la mayor brevedad posible, el tribunal requerido comunicarà la fecha y el lugar de ejecuciòn de la carta rogatoria. Esta comunicaciòn se podrà efectuar directamente, por via postal o telegràfica.

ARTICULO 10

Diligencia de ejecuciòn e imposibilidad de ejecuciòn de cartas rogatorias

1. Si el tribunal requerido no fuere competente para la ejecuciòn de la carta rogatoria, remitirà la misma al tribunal u organismo competente, de conformidad con lo establecido en el nùmero 2 del artículo 4.

2. Cuando la persona indicada en la carta rogatoria no fuere localizable en la referida direcciòn, el tribunal requerido adoptarà las medidas necesarias para su localizaciòn.

3. Si al tribunal requerido no le fuere posible dar ejecuciòn a la carta rogatoria, informarà al tribunal requirente por la via establecida en el artículo 6, comunicando los motivos que hubieren impedido la ejecuciòn de la carta.

ARTICULO 11

Certificaciòn de ejecuciòn de cartas rogatorias

1. El tribunal requerido acreditarà la citaciòn y la notificaciòn mediante certificaciòn, en la cual constarà la fecha

de citaciòn o notificaciòn, la firma de la persona a quien se dirige la citaciòn o notificaciòn y del funcionario que efectuò la diligencia, así como el sello del tribunal.

2. El tribunal requerido podrà comprobar la realizaciòn de la citaciòn o notificaciòn, de forma diferente a la anteriormente descrita, a partir de que conozca la forma y fecha de la citaciòn o notificaciòn.

ARTICULO 12

Citaciòn o notificaciòn de ciudadanos nacionales

Los estados signatarios podràn efectuar citaciones o notificaciones a sus propios ciudadanos que se encuentren en territorio del otro estado signatario, a través de su representaciòn diplomàtica o consular.

ARTICULO 13

Salvoconducto para testigos y peritos

1. El testigo o perito, cualquiera que fuere su nacionalidad, que comparezca ante los tribunales del estado signatario requirente, cumplimentando una notificaciòn hecha por el tribunal del estado signatario requerido, no podrà ser perseguido penalmente ni detenido por hecho o hechos punibles, cometidos antes de pasar la frontera del estado signatario requirente, bien como no podrà cumplir cualquier pena impuesta por sentencia anterior.

2. El testigo o perito perderà el derecho a la protecciòn prevista en el apartado 1, si permanece en territorio del estado signatario requirente por mäs de 15 días, a partir de la fecha en que se le hubiere comunicado que su presencia dejò de ser necesaria y desde el momento en que le hubiere sido posible abandonarlo.

3. El estado requirente se obliga a reembolsar los gastos de viaje y estancia a los testigos y peritos, así como a pagarle lo correspondiente a su salario y a retribuir a los peritos sus respectivos honorarios por sus dictàmenes. En la citaciòn se consignarà ía forma de pago a la que tendrà derecho el testigo o perito. A solicitud del testigo o perito, el estado signatario requerido le concederà un anticipo de los respectivos gastos. El anticipo se consignarà en la citaciòn y serà reembolsado por el estado signatario requirente.

4. Si una persona se encontrare detenida en territorio del estado signatario requerido y fuere notificada por el tribunal de otro estado signatario para comparecer en calidad de testigo o perito y si con esta finalidad debe ser trasladada temporalmente, gozarà de la protecciòn asegurada establecida en los apartados 1 y 2. El estado signatario requirente se compromete a mantener el respectivo estado de detenciòn y proceder a su traslado de regreso a lo mayor brevedad posible despuès de celebrado el juicio.

ARTICULO 14

Gastos de cooperaciòn judicial

1. Los gastos efectuados para la ejecuciòn de las solicitudes correràn por cuenta del estado signatario solicitante, exceptuando los siguientes:

- a) Los gastos mencionados en el artículo 13, n.º 3;
- b) Los honorarios resultantes de dictàmenes escritos de los peritos.

2. A solicitud del tribunal requirente, el tribunal requerido comunicarà el concepto y la cuantía de los gastos efectuados.

ARTICULO 15

Denegación de cooperación judicial

Podrá denegarse la concesión de cooperación judicial, si la ejecución de una solicitud implicare la violación de la soberanía, de la seguridad o de los principios fundamentales del orden estatal y jurídico del estado signatario requerido.

CAPITULO III

Información sobre el derecho vigente

ARTICULO 16

Los Ministerios de Justicia de los estados signatarios se informarán mutuamente, a instancia de la otra parte, acerca de las disposiciones legales en materia de Derecho Civil, de Familia y Penal, siempre que ello sea necesario en aras de la celeridad o de la instrucción de los procesos judiciales.

CAPITULO IV

Documentos

ARTICULO 17

Dispensa de legalización

1. Los documentos que procedan legítimamente de los tribunales, otros organismos o personas competentes, que obedezcan a las formalidades legales de uno de los estados signatarios y se encuentren debidamente autenticados por firma y cuño seco, son válidos jurídicamente ante los tribunales u otros órganos del otro estado signatario, sin que requieran legalización consular.

2. Lo dispuesto en el apartado 1 es igualmente aplicable a la autenticación de firmas y copias de documentos.

ARTICULO 18

Intercambio de documentos relativos al estado civil

1. Los estados signatarios se remitirán mutuamente los documentos relativos al estado civil de ciudadanos del otro estado signatario, siempre que los respectivos actos constitutivos hayan sido registrados con posterioridad a la entrada en vigor del presente Acuerdo.

La remisión será gratuita y exenta de impuestos.

2. La remisión a que se refiere el apartado 1 se hará trimestralmente a la representación diplomática o consular del otro estado signatario, exceptuando las certificaciones de defunción, las cuales se remitirán inmediatamente.

ARTICULO 19

Solicitud de documentos relativos al estado civil

1. Los estados signatarios se remitirán entre sí, a instancia de los organismos correspondientes, documentos relativos al estado civil y copias autenticadas de decisiones judiciales referentes al estado civil de ciudadanos del otro estado signatario, para uso oficial, exentos de impuestos y gratuitamente. En la solicitud deberá consignarse la finalidad a que se destina el documento.

2. La remisión a que se refiere el apartado anterior se hará por vía diplomática. Cuando se trate de la remisión de decisiones judiciales, la correspondencia se efectuará entre los Ministerios de Justicia de los estados signatarios.

ARTICULO 20

Remisión de documentos sobre el estado civil a solicitud de los ciudadanos

Los ciudadanos de uno de los estados signatarios podrán efectuar directamente las solicitudes de remisión de do-

cumentos sobre el estado civil al organismo competente del otro estado signatario. Los documentos serán remitidos gratuitamente y exentos de impuestos a la representación diplomática o consular del estado del requirente.

ARTICULO 21

Denegación de remisión de documentos sobre el estado civil

La remisión de documentos sobre el estado civil podrá ser denegada por los motivos mencionados en el artículo 15.

CAPITULO V

Pensión alimentaria a menores

ARTICULO 22

Prestación de apoyo

Los estados signatarios cooperarán en las acciones que tengan por objeto la concesión de pensión alimentaria a menores, a solicitud de sus respectivos organismos competentes y en los términos del presente Acuerdo.

ARTICULO 23

Objeto del apoyo

El apoyo en el ejercicio de la solicitud de pensión alimentaria para menores, comprende alguna o algunas de las siguientes medidas:

- Verificación del domicilio o residencia temporal de persona que se encuentre en territorio del estado signatario requerido y a la cual se solicita la prestación de pensión alimentaria;
- Exhortar a la persona obligada a prestar alimentos a que cumpla voluntariamente sus obligaciones de pago de pensión alimentaria;
- Instrucción del proceso judicial dirigido a verificar la paternidad, como consecuencia de la solicitud de prestación de pensión alimentaria;
- Proceder a la revisión de la sentencia que sanciona a la prestación de pensión alimentaria y a su correspondiente ejecución una vez revisada.

ARTICULO 24

Forma de comunicación

1. Las solicitudes de colaboración relativas a solicitudes de pensión alimentaria, serán remitidas por la autoridad del estado signatario requirente, directamente a la autoridad competente que recibe del estado signatario requerido.

2. La autoridad que recibe y envía será:

En la República de Cuba:

Ministerio de Justicia

En la República Popular de Mozambique:

El Fiscal General de la República

ARTICULO 25

Solicitud de pensión alimentaria

1. La persona que se considere con derecho a alimentos, podrá presentar un requerimiento para hacer valer la solicitud de pensión alimentaria a la autoridad que envía del estado signatario en cuyo territorio tenga su domicilio o residencia temporal.

2. El apartado 1 no excluye que la persona con derecho a alimentos pueda hacer valer su solicitud por vía directa, de conformidad con las disposiciones legales de los estados signatarios.

ARTICULO 26

Requisitos de las solicitudes de alimentos

1. Los requerimientos en los que se solicita la pensión alimentaria, deberán cumplir los siguientes requisitos:

- a) Denominación de la persona considerada con derecho a alimentos, sus nombres y apellidos, fecha de nacimiento, nacionalidad, domicilio o residencia temporal y nombres, apellidos y dirección de su representante legal.
- b) Denominación de la persona obligada a prestar alimentos, sus nombres y apellidos, dirección particular, fecha de nacimiento, nacionalidad y profesión u ocupación en caso de que sean de su conocimiento;
- c) Exposición detallada de los motivos que fundamentan la solicitud, relacionados con el tipo y la cuantía de la pensión alimentaria exigida, así como otros datos de interés.

2. El requerimiento deberá ir acompañado de los documentos necesarios, incluyendo si fuere preciso el instrumento que confiere los respectivos poderes de representación

ARTICULO 27

Actividad de la autoridad que recibe

1. Recibida la solicitud, la autoridad competente dictará providencia para el cumplimiento de la obligación alimentaria e informará a las autoridades competentes del estado que la envió, las diligencias efectuadas a tales efectos

2. En caso de imposibilidad de cumplimiento, se devolverá la solicitud, consignando los razones que la determinaron.

CAPITULO VI

Reconocimiento y ejecución de decisiones

ARTICULO 28

Decisiones que deberán ser reconocidas y ejecutadas

1. Los estados signatarios reconocerán y ejecutarán en sus respectivos territorios, en la forma establecida en el presente Acuerdo, las decisiones judiciales sobre solicitudes de pensión alimentaria, que hayan sido dictadas y tramitadas en juicio en territorio de otro de los estados signatarios.

2. A los efectos de lo establecido en el apartado 1 se consideran decisiones, los acuerdos sobre el pago de pensión alimentaria ratificados judicialmente y los documentos en los que conste una obligación de pago de pensión alimentaria, siempre que hayan sido elaborados por el organismo competente de los estados signatarios, así como las decisiones referentes a costas procesales, a reserva de lo dispuesto en el artículo 3.

ARTICULO 29

Requisitos de la revisión y ejecución de las decisiones

Las decisiones a que se refiere el artículo 28 serán ejecutables, en tanto cumplan los siguientes requisitos:

- a) Que resulten de sentencia tramitada en juicio, según la legislación del estado en que hayan sido dictadas;
- b) Que hayan sido dictadas por tribunal competente, de conformidad con lo establecido en el artículo 30;
- c) Que la parte vencida en la causa haya sido debidamente citada o notificada según la legislación

del estado en el cual se hubieren dictado las decisiones y que haya sido posible su representación;

- d) Que no se verifique la excepción de litispendencia o de caso juzgado, siendo relevante a tales efectos la pendency de la causa o su decisión en tribunal del estado signatario donde se pretende hacer valer la decisión;
- e) Que no sean contrarias a los principios fundamentales del ordenamiento estatal y jurídico del estado que deba reconocer las decisiones.

ARTICULO 30

Competencia

En las acciones de prestación de pensión alimentaria se considerarán competentes, tanto los tribunales del estado signatario en cuyo territorio haya tenido su domicilio o residencia temporal la persona obligada a prestar alimentos en el momento en que se iniciara el proceso, como los tribunales del estado signatario en cuyo territorio la persona con derecho a los alimentos haya tenido su domicilio o residencia temporal en el momento en que se iniciara el proceso.

ARTICULO 31

Solicitud de ejecución

1. La solicitud de ejecución de una decisión podrá ser presentada al tribunal del estado en el que se hubiere dictado la decisión.

La remisión de la solicitud al tribunal competente del estado al cual compete la ejecución se efectuará por la vía establecida en el artículo 6. La solicitud podrá ser presentada también directamente al tribunal competente del estado en el cual deba ejecutarse la decisión.

2. La solicitud deberá ir acompañada de:

- a) Certificación de la sentencia en la que se señala que fue tramitada en juicio;
- b) Certificación en la que se hace constar que la parte litigante vencida fue debidamente citada y podía ser representada, de conformidad con lo establecido en la ley del estado en que se efectuó el juicio;
- c) Traducción autenticada de los documentos referidos en los apartados 1 y 2 al idioma del estado al que compete la ejecución.

ARTICULO 32

Proceso de ejecución

1. El tribunal del estado que decide en cuanto a la solicitud de ejecución, se limitará a verificar si se cumplieron las condiciones establecidas en los artículos 29 al 31. En caso afirmativo el tribunal promoverá la ejecución.

2. El proceso de ejecución se sustanciará de acuerdo con lo establecido en la legislación del estado en que procela la ejecución.

ARTICULO 33

Ejecución de decisiones relativas a costas procesales

1. Si una parte litigante exenta de garantía de pago de costas, conforme a lo establecido en el artículo 2, fuere obligada a restituir las costas del proceso por decisión judicial tramitada en juicio, dictada en uno de los estados signatarios, esta decisión será ejecutada, a instancia del beneficiario, en territorio del otro estado signatario, dispendiendo todo tipo de gastos

2. Los autos contentivos de decisión sobre costas también serán considerados como decisiones, según el concepto que establece el apartado 1.

3. El artículo 31 será aplicable a lo referente a la solicitud de ejecución y a los documentos anexos.

4. El tribunal que decide en cuanto a la ejecución de la decisión según lo establecido en el apartado 1, se limitará a verificar si la decisión relativa a las costas fue tramitada en juicio y si es ejecutoria.

CAPITULO VII

Cooperación judicial en materia penal

Cooperación judicial

ARTICULO 34

Prestación de cooperación judicial

1. Los estados signatarios se obligan a prestarse mutuamente cooperación judicial, en materia de derecho penal, en virtud de las disposiciones del presente Acuerdo, siempre que la referida cooperación sea solicitada por los tribunales o por la fiscalía.

2. La cooperación judicial en materia de derecho penal se atenderá a lo dispuesto en los artículos 7 al 14 del presente Acuerdo.

ARTICULO 35

Objeto de la asistencia judicial

1. La cooperación judicial comprenderá la ejecución de actos relativos a la investigación criminalística y de actos procesales, incluyendo además la obtención y remisión de pruebas, especialmente mediante la toma de declaraciones a delincuentes, testigos y peritos, así como la remisión de los autos.

2. La cooperación judicial comprenderá la identificación, búsqueda y captura de personas, así como la búsqueda y ocupación de cosas.

ARTICULO 36

Forma de comunicación

En la esfera de la cooperación judicial, los contactos entre los tribunales y entre las fiscalías, se efectuarán a través de los Ministerios de Justicia o Fiscales Generales de los estados signatarios.

ARTICULO 37

Comunicación de extractos del registro penal

A solicitud de uno de los estados signatarios, el otro estado signatario comunicará, por la vía establecida en el artículo 36, extractos del registro penal, relacionados con causas penales pendientes.

ARTICULO 38

Información sobre sentencias condenatorias

Los estados signatarios se comprometen a informarse mutuamente y por la vía establecida en el artículo 36, las sentencias condenatorias tramitadas en juicio, dictadas por sus tribunales contra ciudadanos del otro estado signatario, en cada semestre enviando copia de la parte dispositiva de cada sentencia.

ARTICULO 39

Denegación de la cooperación judicial

1. La cooperación judicial en materia de derecho penal podrá ser denegada:

- a) Cuando la ejecución de la solicitud fuere susceptible de violar la soberanía, la seguridad o los

principios fundamentales del ordenamiento estatal y jurídico del estado signatario requerido;

- b) Cuando el acto en el cual se fundamenta la solicitud no fuere punible a tenor de las leyes del estado signatario requerido.

2. Lo establecido en el inciso b) del apartado 1 no se aplicará a los hechos punibles reconocidos por convenciones internacionales de las que sean parte los estados signatarios.

3. La cooperación jurídica también podrá ser denegada, si el reo fuere ciudadano del estado signatario requerido.

ARTICULO 40

Solicitud de procedimiento penal

1. Los estados signatarios se comprometen a instruir procedimientos penales, a instancia del otro estado signatario, de conformidad con lo establecido en su legislación interna, contra sus propios ciudadanos si éstos hubieren cometido un delito en territorio del estado signatario requirente.

2. Se aplicará igualmente el apartado 1 cuando el hecho punible constituya una mera contravención según la legislación del estado signatario requerido.

ARTICULO 41

Requisitos de la solicitud de procedimiento penal

1. La solicitud de instrucción de procedimiento penal deberá ir acompañada de:

- a) Elementos de identificación de la persona y su nacionalidad;
- b) Exposición de los hechos;
- c) Todas las pruebas disponibles sobre el delito;
- d) Una copia de las disposiciones legales aplicables al delito de conformidad con la legislación vigente en el lugar del delito;
- e) En caso de infracción del código del tránsito, además de lo exigido en los incisos anteriores, una copia de las reglas del tránsito vigente en el lugar de la infracción.

2. Las solicitudes de instrucción del procedimiento penal y los documentos anexos deberán ser redactados en el idioma del estado signatario requirente.

3. El estado signatario requerido se compromete a informar al estado signatario requirente el resultado del proceso.

4. Lo establecido en el artículo 36 es aplicable a la remisión de las solicitudes.

CAPITULO VIII

Extradición

ARTICULO 42

Concesión de extradición

1. En virtud de lo establecido en el presente Acuerdo, los estados signatarios se concederán mutuamente la extradición de los individuos que se encuentren en sus territorios y contra los cuales se pretende iniciar una acción penal o la ejecución de una pena, siempre que dicha extradición les sea solicitada por los órganos competentes del estado requirente.

2. La extradición en función del procedimiento penal se efectuará únicamente en los casos en que según la legislación de ambos estados signatarios y de conformidad con lo establecido en el artículo 39 n.º 2, sean punibles los hechos

indicados con penas no inferiores a un a'no de privación de libertad.

3. La extradición en función de ejecución de pena, se efectuará únicamente en el caso de que los hechos según la ley de ambos estados sean punibles e impliquen 1 a'no de libertad como mínimo, habiendo sido tramitada en juicio la sentencia, según las normas legales del estado signatario requirente.

ARTICULO 43

Casos en los que no tendrá lugar la extradición

La extradición podrá ser denegada en los siguientes casos:

- a) Si el sujeto de la extradición fuere ciudadano del estado signatario requerido;
- b) Si la persona cuya entrega se pretende, cometió un delito en territorio del estado signatario requerido;
- c) Si conforme a la legislación del estado signatario requerido, no hubiere lugar a la instrucción de procedimiento penal o la sentencia no fuere ejecutable por prescripción u otro fundamento jurídico;
- d) Si el sujeto de la extradición ya estuviere sancionado por sentencia tramitada en juicio por el mismo delito, o si el proceso hubiere sido archivado en el estado signatario requerido;
- e) Si el delito dependiere de instancia de parte, de conformidad con lo establecido en la legislación de uno o de ambos estados signatarios.

ARTICULO 44

Solicitud de extradición

1. La solicitud de extradición en función de la instrucción del procedimiento penal deberá ir acompañada de los siguientes documentos:

- a) Identificación del sujeto de extradición, incluyendo su nacionalidad;
- b) La orden de detención, con la descripción del delito;
- c) La descripción de elementos de prueba que puedan haber dado lugar a seria sospecha de la comisión del hecho punible;
- d) El texto de la ley aplicable al hecho, en la cual se basa la solicitud de extradición;
- e) Si el delito hubiere ocasionado daños materiales, se consignará el valor de los mismos

2. La solicitud de extradición en función de ejecución de sentencia, deberá ir acompañada de un ejemplar de la sentencia tramitada en juicio, así como del texto de la ley penal en la que se basará la condena

En caso de que el sancionado ya haya cumplido parte de la pena, también se deberán comunicar estos datos, en esta ocasión, a los efectos de su computación.

3. A la solicitud de extradición se adjuntará una descripción, una fotografía, las impresiones digitales de la persona reclamada, así como un atestado que compruebe la ciudadanía y datos relativos a su localización, en caso de no haberse incluido estos ya en la orden de detención o en la sentencia.

4. La solicitud de extradición y los restantes documentos deberán ser enviados ya traducidos en el idioma oficial del estado signatario requerido.

ARTICULO 45

Autoridades encargadas de la extradición

La extradición será efectuada a través de solicitudes enviadas por vía diplomática y dirigidas a los Ministerios de Justicia y Fiscales Generales de los estados signatarios.

ARTICULO 46

Datos complementarios que se adjuntarán a la solicitud de extradición

Si la solicitud de extradición no comprendiere todos los datos necesarios, el estado signatario requerido podrá solicitar datos complementarios, fijando a tales efectos un plazo no superior de dos meses. Este plazo podrá ser prorrogado con una debida fundamentación por solicitud del otro estado signatario.

ARTICULO 47

Detención para extraditar

Al recibir la solicitud de extradición, el estado signatario requerido adoptará de inmediato las medidas para la detención del individuo a extraditar, excepto si la extradición no pudiere realizarse, de conformidad con lo establecido en el presente Acuerdo

ARTICULO 48

Detención provisional con el propósito de extraditar

1. En caso de urgencia y a partir de que el estado signatario requirente lo solicita, el estado signatario requerido puede proceder a detener la persona antes de recibir la solicitud de extradición a que se refiere el artículo 44. Dicha solicitud debe reflejar la orden de detención o la sentencia tramitada en juicio y el señalamiento de que la solicitud de extradición será presentada de inmediato. La solicitud podrá ser enviada por correo, teléfono, radio o tèlex.

2. Antes de recibir la solicitud a que se refiere el anterior apartado los órganos competentes de los estados signatarios podrán detener provisionalmente a una persona residente en sus respectivos territorios, si tuvieren información de que dicha persona hubiere cometido un delito que admite extradición, en territorio del otro estado signatario.

3. El otro estado signatario debe ser informado inmediatamente, sobre la detención efectuada a tenor de los apartados 1 y 2 del presente artículo

ARTICULO 49

Puesta en libertad del sujeto de extradición

1. El órgano competente del estado signatario requerido podrá poner en libertad a la persona detenida, si el estado signatario requirente no le comunica los datos necesarios para cumplir la solicitud de extradición, en el plazo estipulado en el artículo 46.

2. Las personas detenidas a tenor de lo establecido en el artículo 48 del presente Acuerdo, deben ser puestas en libertad, si transcurridos sesenta días después de enviada la comunicación de la detención, no se presentare la solicitud de extradición por el estado signatario interesado, comunicándose tal hecho a dicho estado.

ARTICULO 50

Aplazamiento de extradición

Si la persona cuya extradición se solicita estuviere sujeta a procedimiento penal o si se encontrare cumpliendo una pena por otro delito en territorio del estado signatario

requerido, la entrega podrá ser aplazada, hasta que termine el procedimiento penal o hasta que concluya el cumplimiento de la pena.

ARTICULO 51

Extradición provisional

1. Si el aplazamiento de la extradición puede ocasionar la prescripción del procedimiento penal o pudiere dificultar la instrucción de procedimiento contra el sujeto de extradición, podrá aceptarse una solicitud fundamentada de extradición provisional formulada por el estado signatario requeriente.

2. La persona extraditada provisionalmente debe ser devuelta una vez concluidos los actos procesales de la causa por la cual se efectuó la entrega.

ARTICULO 52

Colisión de solicitudes de extradición

En caso de existir varias solicitudes de extradición de una misma persona, el estado signatario requerido deberá decidir a cual de estas solicitudes va a dar satisfacción.

Limites de acción penal

ARTICULO 53

1. Sin el consentimiento del estado signatario requerido, el extraditado no será sujeto a procedimiento penal o el cumplimiento de pena en el estado requirente, ni tampoco entregado a un tercer estado, por hechos punibles que hubiere cometido antes de la extradición, si dichos hechos no fueron mencionados en la solicitud de extradición.

2. La acción penal no dependerá del consentimiento del estado signatario requerido, en los siguientes casos:

- a) Si la persona extraditada, no siendo ciudadana del estado signatario requirente, no hubiere salido del territorio del estado signatario requirente en el plazo de un mes, contado a partir de la fecha de cumplimiento de la pena o de su puesta en libertad; en este plazo no se incluye el tiempo en que la persona extraditada, por causas ajenas a su voluntad, no puede abandonar el territorio del estado signatario requirente;
- b) Si la persona extraditada regresare voluntariamente al territorio del estado signatario requirente después de haberlo abandonado.

ARTICULO 54

Lugar y fecha de la extradición

1. El estado signatario requerido, informará al estado signatario requirente el lugar y fecha de entrega en los casos en que acceda a efectuar la extradición.

2. Si el estado requirente no recoge al sujeto de extradición en el plazo de treinta días a partir de la fecha fijada, le será restituida la libertad. El plazo antes mencionado podrá ser prorrogado hasta un máximo de treinta días adicionales por acuerdo entre ambos estados.

2. Si el estado requirente no recoge al sujeto de extradición en el plazo de treinta días a partir de la fecha fijada, le será restituida la libertad. El plazo antes mencionado podrá ser prorrogado hasta un máximo de treinta días adicionales por acuerdo entre ambos estados.

ARTICULO 55

Información sobre los resultados del proceso penal instruido contra el extraditado

El estado signatario que solicita la extradición informará al estado signatario requerido la decisión final del proceso

instruido contra el extraditado, debiendo, en caso de existir sentencia tramitada en juicio, enviar copia de la misma.

ARTICULO 56

Entrega de los objetos relativos al delito que originó la extradición

1. El estado signatario requerido remitirá al estado signatario requirente, en caso de que acceda a la extradición:

- a) Los objetos que se hubieren encontrado en poder del acusado o reo y que fueren procedentes del hecho delictivo o los que hubiere obtenido por contraprestación de los anteriores;
- b) Los objetos que puedan tener importancia como pruebas en el procedimiento penal. Estos objetos también se entregarán en los casos en que la extradición del acusado o reo no pueda realizarse por motivo de fallecimiento, de evasión u otra razón.

2. Si los objetos cuya entrega se solicita fueren necesarios al estado signatario requerido para efectos de prueba en otro proceso penal, su entrega puede ser aplazada hasta el término de ese proceso.

3. Se reservan los derechos de terceros sobre los objetos de entrega al estado signatario requirente. Concluido el proceso, el estado signatario requirente entregará los objetos a las personas titulares de derechos que se encuentren en su territorio. En caso de que las referidas personas se encuentren en territorio del referido estado signatario requerido, el estado signatario requirente les devolverá los mencionados objetos.

ARTICULO 57

Gastos de extradición

Todos los gastos originados por la extradición correrán a cargo del estado signatario que la hubiere solicitado

ARTICULO 58

Extradición condicional

Si con el objetivo de cumplir una pena fuere solicitada la extradición de una persona juzgada en rebeldía por tribunal del estado signatario requirente, la extradición será condicionada a la realización de nuevo juicio con la presencia del sujeto de extradición.

ARTICULO 59

Reextradición

Si el extraditado se sustrajere a la acción de la justicia en la fase del procedimiento penal o del cumplimiento de la pena regresando al territorio del estado signatario requerido, a instancia del estado signatario requirente podrá ser detenido sin que se requiera nueva remisión de los documentos que relaciona el artículo 44 del presente Acuerdo.

CAPITULO IX

ARTICULO 60

Otras acciones penales**Ejecución de la pena en el país de origen**

1. El estado signatario cuyos tribunales hayan sancionado a privación de libertad a un ciudadano del otro estado signatario, podrán entregarlo a este estado, por mutuo acuerdo, a fin de que cumpla la pena en el mismo.

2. La entrega del reo a los efectos del cumplimiento de la pena en su país de origen sólo podrá tener lugar después de tramitada la sentencia en juicio y antes de su puesta en libertad.

3. La entrega del reo sólo podrá efectuarse cuando la sentencia fuere susceptible de cumplirse en el estado del cual es ciudadano, no efectuándose la entrega cuando la sentencia no pueda cumplirse en dicho estado, al no ser punible en ese estado el hecho por el cual fue sancionado, o incluso por otra razón.

ARTICULO 61

Propuesta de cumplimiento de la pena en el país de origen

1. La entrega del reo sancionado a los efectos del cumplimiento de la pena, será propuesta por el estado cuyo tribunal dictó la sentencia y sólo se efectuará en el caso de que el estado signatario del cual fuere ciudadano el reo, aceptare recibirlo. El órgano competente de este último estado informará al otro estado su decisión al respecto, en el plazo más breve posible.

2. Sin perjuicio de lo dispuesto en el apartado 1, el estado signatario del cual es ciudadano el reo sancionado, podrá solicitar al estado signatario cuyos tribunales dictaron la sentencia el envío del reo sancionado para el cumplimiento de la pena pudiéndolo solicitar también el propio reo sancionado y sus familias a ambos estados.

ARTICULO 62

Requisitos que debe cumplir la propuesta

1. La propuesta de envío del reo sancionado a que se refiere el artículo 61 será efectuada por el órgano competente del estado signatario en cuyo tribunal fue dictada la sentencia, siendo presentada por escrito y acompañada de los siguientes documentos:

- a) Copia certificada de la sentencia y de las que pudieran haber dictado los tribunales superiores, así como los documentos probatorios de su validez;
- b) Documentos probatorios de la nacionalidad del individuo a quien se pretende transferir;
- c) Documento que certifique la parte de la pena ya cumplida y la parte que falta por cumplir;
- d) Texto de los artículos de la ley penal aplicados en la sentencia;
- e) Otros documentos que se consideren necesarios por el órgano competente del estado cuyos tribunales hubieren dictado la sentencia;
- f) Traducción oficial en el idioma del estado signatario al cual se pretende enviar al reo sancionado, de los documentos mencionados en los incisos anteriores.

2. El lugar, momento y forma de entrega del sancionado, se determinarán por mutuo acuerdo entre los órganos competentes de ambos estados.

ARTICULO 63

Normas del cumplimiento de la pena

1. La pena impuesta se cumplirá en los términos establecidos por la sentencia condenatoria, siempre que la pena aplicable por el hecho cometido sea la misma en la legislación del estado signatario del cual es ciudadano el reo sancionado. De existir diferencia en las penas abstractamente aplicables al delito por el cual el reo fue sancionado, el tribunal del estado signatario del cual el reo es ciudadano

podrá determinar, de acuerdo con la pena aplicada en la sentencia y su ley penal aplicable, el tiempo de cumplimiento de la pena correspondiente o más ajustable a la pena impuesta en la sentencia condenatoria, siempre que esta pena no sea más severa exima al reo de responsabilidad penal.

2. Si se verifica que el límite máximo de privación de libertad abstractamente aplicable por el delito cometido, según la legislación del estado signatario del cual es ciudadano el reo sancionado, es menor que el impuesto en la sentencia, el tribunal puede determinar como tiempo de cumplimiento de la pena el referido límite máximo.

3. Cuando en la ley del estado signatario del cual es ciudadano el reo sancionado, no se establece pena alguna de privación de libertad por el delito cometido, el tribunal determinará de acuerdo con la ley de su estado como pena a cumplir la que mejor se adapte a lo impuesto en la sentencia, considerando debidamente la pena ya cumplida efectivamente por el sancionado en el estado signatario cuyo tribunal dictó la sentencia y procediéndose de igual forma a determinar una pena distinta a la privación de libertad.

4. El tribunal del estado signatario del cual es ciudadano el reo sancionado, determina igualmente el cumplimiento de las penas accesorias aplicadas en la sentencia en caso de no haberse cumplido y cuando estas penas accesorias se encontraran previstas para el delito cometido en la ley de ese estado, las penas accesorias se fijan de conformidad con las disposiciones del presente artículo.

ARTICULO 64

Igualdad y reciprocidad en el régimen de ejecución de la pena

1. El reo sancionado entregado a los efectos del cumplimiento de pena al estado del cual es ciudadano, se acoge al mismo régimen jurídico de los reos sancionados por delitos análogos en este estado, siéndole aplicable al igual que a éstos la libertad condicional, indulto o amnistía.

2. El estado signatario al cual se entrega el reo sancionado para el cumplimiento de pena, informa al estado en el cual se dictó la sentencia la decisión adoptada por sus tribunales, de acuerdo con el artículo 62 del presente convenio.

ARTICULO 65

Revisión de las sentencias condenatorias

1. La revisión de la sentencia condenatoria constituye una facultad inherente al tribunal del estado signatario que la dictó.

2. Se enviará copia de toda alteración de la sentencia o su anulación en el estado signatario en que fue dictada, así como del archivo del proceso del reo sancionado entregado al estado del cual es ciudadano y los documentos relacionados con ella, al órgano competente del estado al cual se entregó el sancionado. En consecuencia, el tribunal de este estado deberá determinar la ejecución de esa decisión, aplicando, en tanto fuere pertinente, las disposiciones del artículo 63 del presente Acuerdo.

3. En caso de anulación de la sentencia condenatoria del reo ya entregado al estado del cual es ciudadano, deberá ser remitida al órgano competente del estado signatario al cual se hubiere entregado el sancionado, una copia contentiva de la decisión y otros documentos relacionados con la misma, con el objetivo de resolver la cuestión relativa al nuevo juicio si lo hubiere, de conformidad con la ley de este estado.

ARTICULO 66

Gastos de transferencia

Los gastos de transferencia con la entrega del reo sancionado antes de que tenga lugar la misma, corren por el estado signatario en el cual se hubieren originado. Los restantes gastos relativos a la entrega del reo sancionado corresponden al estado signatario del cual es ciudadano el reo.

CAPITULO X

Disposiciones finales

ARTICULO 67

Entrada en vigor, vigencia y denuncia

1. El presente Acuerdo está sujeto a ratificación y entrará en vigor después de transcurridos treinta días a partir de la fecha en que se efectue el canje de los instrumentos de ratificación.

2. El presente Acuerdo tendrá una duración de dos años.

3. La vigencia del presente Acuerdo se prorrogará siempre por dos años, salvo que una de las partes signatarias lo denuncie por escrito, por lo menos 2 meses antes de la fecha de su vencimiento.

DADO en la Ciudad de Maputo, a los 26 días del mes de Abril de 1988, en dos originales, uno en idioma portugués y el otro en idioma español, teniendo ambos textos igual validez.

En fe de lo cual los plenipotenciarios de los estados signatarios firmaron y sellaron el presente Acuerdo.

Por la República Popular de Mozambique, *S. E. Ussu-
mane Aly Dauto.*

Por la República de Cuba, *Juan Escalona Reguera.*